

TRAJETÓRIA DA IMPLANTAÇÃO DO CAMPUS DA UEFS NO CONTEXTO REGIONAL DE FEIRA DE SANTANA

Recebido: 08/02/2020

Aceito: 08/02/2020

Maria do Socorro Silva¹
Janio Santos²

RESUMO

O ensino superior no Brasil foi iniciado no século XIX e a instalação em *campi* universitários foi intensificada a partir da década de 1960, significativamente com a Reforma Universitária de 1968. A Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), oficializada em 1976, por ser uma instituição relevante e agente transformador da sociedade, que vai muito além dos seus limites físicos, sobretudo no cenário local e regional, é o foco deste artigo, que apresenta um breve histórico sobre o ensino superior e a trajetória da implantação do *campus*, fundamentado por pesquisas bibliográficas, documentais nos arquivos da instituição. O *campus* contempla em seus espaços unidades administrativas, de ensino e pesquisa, mas não tem autonomia, pois depende do transporte público municipal e da infraestrutura urbana, em especial da estrutura do conjunto habitacional vizinho, o Feira VI; não oferece moradia para docentes e funcionários e as vagas oferecidas aos estudantes são insuficientes.

Palavras-chave: Ensino Superior. Universidade. Criação.

HISTORY OF THE IMPLEMENTATION OF THE UEFS CAMPUS IN THE REGIONAL CONTEXT OF FEIRA DE SANTANA

ABSTRACT

Higher education in Brazil started in the 19th century and installation on university campuses was intensified in the 1960s, significantly with the University Reform of 1968. The Feira de Santana State University (UEFS) was made official in 1976 and is a transforming agent of society, especially in the local and regional scene. The purpose of this article is to present the history of higher education in Brazil and the trajectory of the creation of the campus, based on bibliographic and documentary research. The campus includes administrative, teaching and research units. However, it has no autonomy, because it depends on municipal public transport depends on the urban infrastructure, especially of the Feira VI housing complex. It does not offer housing for teachers and staff and the student housing is insufficient and the campus.

¹ Mestra em Planejamento Territorial (Planterr-UEFS) Subgerente de Projetos e Obras (UEFS)
E-mail: masosil@uefs.br

² Doutor em Geografia e Professor Pleno (DCHF/UEFS) Professor Permanente (Planterr/UEFS)
Professor Colaborador (PPGeo)/UESB). E-mail: janiosantos@yahoo.com.br

Keywords: *Higher education. University. Creation.*

HISTORIA DE LA IMPLEMENTACIÓN DEL CAMPUS UEFS EN EL CONTEXTO REGIONAL DE FEIRA DE SANTANA

RESUMEN

La educación superior en Brasil comenzó en el siglo XIX y la instalación en los campus universitarios se intensificó en la década de 1960, significativamente con la Reforma Universitaria de 1968. La Universidad Estatal Feira de Santana (UEFS) se oficializó en 1976 y es un agente transformador de la sociedad, especialmente en el escenario local y regional. El propósito de este artículo es presentar la historia de la educación superior en Brasil y la trayectoria de la creación del campus, a partir de la investigación bibliográfica y documental. El campus incluye unidades administrativas, docentes y de investigación. Sin embargo, no tiene autonomía, porque depende del transporte público municipal, depende de la infraestructura urbana, especialmente del complejo habitacional Feira VI. No ofrece alojamiento para maestros y personal y el alojamiento para estudiantes es insuficiente y el campus.

Palabra-Clave: *Educación superior. Universidad. Creación.*

INTRODUÇÃO

No Brasil, as Instituições de Ensino Superior (IES) são organizadas como faculdades, centros universitários e universidades e, muitas vezes, esses termos são utilizados como sinônimos. Quando muito, na linguagem popular, faculdade é tida como a instituição de ensino superior com uma área de conhecimento, enquanto a universidade é pluridisciplinar e abriga várias faculdades. Na verdade, a definição é baseada nas características da instituição, conforme estabelecido em leis e decretos, nesse caso, o Decreto de nº 9235 de 15 de dezembro de 2017 (BRASIL, 2017), e depende principalmente do corpo docente e do número de cursos reconhecidos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

A UEFS resulta da estratégia de “interiorização”³ da educação superior do Governo do Estado da Bahia. Situada no município de Feira de Santana,

³ Este termo é frequentemente utilizado de forma inadequada, ao menos no caso da Bahia, porque a relativa desconcentração de serviços públicos e outros estabelecimentos não se deu,

desponta no Plano Integral de Educação pela infraestrutura disponível como o mais importante centro polarizador do setor fora da Região Metropolitana de Salvador (RMS) e se instalou em um espaço próprio, o *campus*, em 1976 (UEFS, 2018).

Considerada a segunda cidade do “interior” do estado da Bahia, em população, Feira de Santana está localizada cerca de 108 km de Salvador, a capital. É considerada o maior entroncamento rodoviário do norte e nordeste (IBGE, 2016), formado pelas rodovias BR 116 Norte, BR 101 e BR 324 e tem a UEFS como elemento propulsor do desenvolvimento regional. Oliveira (2017) a aponta como colaboradora na transformação do mercado de trabalho e as atividades econômicas, que antes eram basicamente agrícolas, graças à formação de profissionais para atuar em diversas áreas, tais como: educação, saúde, comércio, serviços, indústria e outros.

Segundo autores como Oliveira (2017) e UEFS (1996), a implantação da UEFS foi iniciada nos anos 1960, com a instalação da Faculdade de Formação de Professores e a Faculdade de Educação. Contudo, para Santos (2016), isso não se desenvolveu de forma tão linear. Foram avanços, recuos, questões políticas, jogos de interesses, disputas, até chegar à sua fundação oficial em 31 de maio 1976. Disso nasce o foco deste artigo, que é apresentar os percalços da implantação do *campus* da UEFS e sua relação com o papel regional de Feira de Santana.

Para se falar sobre a UEFS e da trajetória da implantação do *campus*, se faz necessário abordar, inicialmente, o surgimento do ensino superior no Brasil e no mundo, e apresentar o conceito de *campus* universitário e sua diferença em relação à cidade universitária, isso fundamentado em pesquisas bibliográficas e documentais.

Ensino superior e *campus* universitário no Brasil e no mundo

A universidade surgiu muito tardiamente no Brasil, inclusive se comparada com aquelas fundadas no continente americano (CUNHA, 2011). Ao comparar com as que surgiram no mundo, Bortolanza (2017) dá conta que, mesmo com

exclusivamente, para áreas do “interior”, mas também para cidades litorâneas, como Ilhéus e Porto Seguro.

outra estrutura, surgiu a primeira universidade, a de Alexandria, ainda na Antiguidade, antes de Cristo, da qual procederam as demais. Ainda que não tenham germinado de uma hora para outra, as primeiras universidades nos moldes parecidos com os atuais surgiram na Europa, por volta do século XII, período medieval, sobretudo com destaque para Bolonha, na Itália; Paris, na França; Oxford e Cambridge, na Inglaterra (PINTO, BUFFA, 2009).

Pinto e Buffa (2009), baseados em Turner (1984), afirmam que as universidades inglesas, especialmente Oxford e Cambridge, foram influenciadas pela Universidade de Paris, tanto no conteúdo dos estudos quanto aos métodos de ensino. Foi no início do século XVII que essas universidades atingiram o ponto alto de desenvolvimento, para a época.

Por um longo período, foram instituições criadas sob a autoridade da Igreja Católica, cujo ensino era voltado para o saber “desinteressado”. Atendiam à nobreza, para formação dos seus filhos em cursos considerados elitizados, ao tempo que segregavam estudantes pobres nos cursos curtos, em que poderiam obter, depois, apenas cargos subalternos e empregos mal pagos, isso quando podiam estudar. Politicamente, eram consideradas pelos papas e príncipes como importante apoio para manutenção do *status quo*.

Aos poucos, a universidade medieval rompeu com esse modelo conservador erudito e deu espaço ao modelo profissionalizante:

Por volta do século XVI, o modelo medieval sofreu uma crise sem precedentes. O conhecimento de caráter erudito entrou em confronto com a profissionalização, levando em consideração as noções de utilidade, aplicabilidade e rentabilidade, sendo que aqueles que defendiam o conhecimento de caráter erudito não souberam responder às exigências da época. Mais adiante, já no século XVII, as universidades eram consideradas não apenas instituições de ensino; mas, também, o local de pesquisa e produção do saber, cujo foco era promover ‘vigorosos debates’ e ‘muitas polêmicas’ sobre temas da época. Este foi o ponto de partida para o modelo de universidade que temos nos dias atuais (CUNHA, 2011, p.17).

E assim as universidades se transformam em instituições concedentes de títulos e diplomas com permissão para o exercício profissional, reconhecidos por órgãos de classes e governamentais.

Na América Latina, sob influência do modelo europeu, desde o século XVI os espanhóis começaram o processo de implantação formal de universidades em suas colônias americanas. Segundo Cunha (2007), isso iniciou-se em 1538 com a Universidade de São Domingos, na ilha onde Colombo teve o primeiro contato com o Novo Mundo. Eram instituições religiosas, autorizadas pelo Papa, através da denominada Bula Papal, uma espécie de alvará dado pelo Pontífice Católico, com força de lei eclesiástica, pela qual se concedia algum tipo de benefício.

Enquanto na maioria das colônias espanholas as universidades foram implantadas desde o início dos anos 1500, foi apenas no século XIX que esse processo se iniciou no Brasil. Bortolanza (2017) atribui tal fato à falta de interesse da Coroa Portuguesa e/ou ao desinteresse dos detentores do poder nesse período; Bottoni, Sardano e Costa Filho (2013) afirmam que a imposição de ter que estudar em Portugal assegurava a dependência da Colônia; Cunha (2000), por sua vez, reforça que Portugal, além de não incentivar, chegou a proibir que tais instituições fossem criadas no Brasil.

Outro fator aventado por Cunha (2000) para justificar essa dessemelhança é a disponibilidade de recursos docentes mais favorável para Espanha que para Portugal, visto que, nessa época, enquanto Portugal contava apenas com a Universidade de Coimbra e mais tarde com a de Évora, a Espanha já dispunha de mais de 25 universidades.

A partir da chegada da Família Real ao Brasil em 1808, fuga de Lisboa para escapar das tropas de Napoleão que haviam invadido Portugal, foram criados os primeiros cursos de Engenharia, Medicina, Direito e Agronomia. Em 1827, após a independência do Brasil, período da Regência de D. Pedro I, foram criados os cursos de Direito, em Olinda e em São Paulo. Além desses, foi criada na cidade de Ouro Preto a Escola de Minas, que apesar da criação ser datada de 1832, só foi instalada 34 anos depois (OLIVEN, 2002).

Através do Decreto nº 14.343 de 07 de setembro de 1920, "Ficam reunidas, em «Universidade do Rio de Janeiro», a Escola Polytechnica do Rio de Janeiro, a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e a Faculdade de Direito do Rio de Janeiro[...]" (BRASIL, 1920). Gomes, Machado-Taylor e Saraiva (2018) dizem que a universidade foi criada às pressas, localizada na capital do país, devido à visita do Rei Alberto da Bélgica, por ocasião dos festejos do Centenário

da Independência, pois havia o interesse político da entrega do título de Doutor *Honoris Causa*.

Na era Vargas (1930 a 1945), quando foi instituído o Estado Novo, em 1930, o presidente criou o Ministério de Educação e Saúde (MEC). Em 1931, foi aprovado o Estatuto das Universidades Brasileiras, Decreto 19.851 de 11 de abril de 1931, que vigorou até 1961. Outro acontecimento importante para o ensino superior no Brasil foi a Reforma Universitária, ocorrida em 1968, no período do Regime Militar. Segundo Cunha (2000), foi possibilitada pela repressão político-ideológica a professores e estudantes, principalmente com a instituição dos atos institucionais baixados pelos governos militares e a Constituição de 1967.

A Constituição Federal de 1988 assegurou a gratuidade do ensino público nos estabelecimentos oficiais em todos os níveis e avivou o papel social da universidade ao estabelecê-la como um direito de todos. Foi a partir dessa Constituição que iniciou-se o debate sobre a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN), aprovada no final do ano de 1996, sob o nº 9.394. Além de outras medidas, introduziu o processo regular e sistemático de avaliação das instituições dos seus cursos de graduação e condicionou seus credenciamentos e/ou recredenciamentos aos resultados dessa avaliação, que poderiam resultar no descredenciamento da instituição, no caso do não atendimento às recomendações. “A LDBN também possibilitou a existência de instituições de ensino superior com fins lucrativos, fato que incentivou o surgimento no Brasil de grupos educacionais de capital aberto e até de grupos financeiros e instituições estrangeiras, o denominado fenômeno de mercantilização” (CUNHA, 2011; OLIVEN, 2002).

A oferta de ensino superior no Brasil intensificou-se no início dos anos 2000 com o estabelecimento de medidas provisórias, projetos de leis, decretos e implantação de programas como meios de alcançar metas de acordo do governo junto ao Banco Mundial e o FMI. Dentre esses estão o Programa Universidade para Todos (PROUNI), o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) e o Programa Universidade Aberta do Brasil (UAB).

Bottoni, Sardano e Costa Filho (2013) destacam que o sistema educacional privado continua em expansão, principalmente pelos programas do

governo. Porém, questionam a eficácia dessas instituições, visto que a qualidade do ensino e as competências dos egressos, bem como a validade dos diplomas, ainda são uma incógnita. Baseados em Chaves (2010), os autores afirmam que grande parte das instituições privadas voltadas para o lucro não atende às exigências da LDBN quanto à formação dos docentes - um terço do quadro com titulação de mestre e doutores e em regime integral de trabalho -, a que atribui, em parte, a baixa qualidade do ensino ofertado.

Cidade universitária ou *campus* universitário?

Os termos cidade universitária e *campus* universitário são utilizados, na maioria das vezes, para definir o mesmo espaço, com os mesmos objetivos, porém alguns autores apresentam diferenças básicas. Pinto e Buffa (2009) utilizam a Universidade da Virgínia para ilustrar a concepção de cidade universitária. Nela, o ensino superior era separado da doutrina religiosa, fato que influenciou sua configuração, onde o lugar de destaque é a biblioteca em detrimento da Igreja, sendo uma das primeiras a oferecer cursos variados, a exemplo de Arquitetura, Astronomia, Botânica, Ciências Políticas e Filosofia. Foi a universidade que teve o primeiro projeto completo de *campus*.

Esses autores trazem os conceitos dessas instituições que surgiram nos Estados Unidos da América em função da transformação dos *colleges* em uma cidade em miniatura, localizada nos limites das cidades ou no campo.

Propunha um território extenso e fechado, longe das cidades e projetado detalhadamente com o objetivo de oferecer uma formação integral ao estudante. O *campus* deveria ser, como, de fato, foi, uma pequena cidade: possuir equipamentos, serviços e todas as facilidades possíveis que uma cidade pode oferecer. O aluno poderia viver e dedicar-se integralmente aos estudos sem preocupações nem interferências “nocivas” das cidades. O território para o ensino e o aprendizado ampliava-se do prédio para o *campus*, uma grande área projetada, fechada e com regras, costumes e leis próprias (PINTO, BUFFA, 2009, p. 38).

Nesse modelo, conforme utilizado nas universidades norte-americanas, trata-se de uma área independente e com autonomia, que oferece todos os serviços essenciais, um ambiente controlado, voltado para a pesquisa e o ensino, enquanto que o *campus* "Trata-se de um território fechado, com

administração independente e que abriga espaços de ensino, aprendizagem e pesquisa. Reúnem alguns poucos serviços fundamentais como refeitórios, lanchonetes, farmácias, xerox, papelaria e praticamente só isso." (PINTO, BUFFA, 2006, p. 14).

De acordo com Inhan (2016) e Pinto e Buffa (2009), Rudolph Philippi Atcon, ex-assessor das Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), estudioso da educação brasileira e que teve grande influência na Reforma Universitária Brasileira de 1968, também apresenta definições mais "diretas" para os termos. Para o autor: "Cidades universitárias ou universidade tradicional, dá numa só área geográfica, expressão física ao desejo de união das unidades isoladas e dispersas que a compõem. Porém, não ultrapassa uma mera aproximação dos edifícios que abrigam autarquias independentes entre si". Já *campus* universitário é definido como "[...] um local geográfico que reúne todas as atividades de uma universidade e as integra de maneira mais econômica e funcional num serviço acadêmico-científico, coordenado e da maior envergadura possível, respeitando as limitações de seus recursos humanos, técnicos e financeiros" (PINTO, BUFFA, 2009, p.110).

De acordo com Pinto e Buffa (2009), Atcon (1970) defende a utilização do termo *campus* como o mais apropriado e o considera como um conjunto homogêneo, fechado, rigidamente planejado e que possui uma estrutura que favorece baixo custo de construção, administração e controle. Para Atcon, o desejo de implantar as primeiras universidades em áreas afastadas dos problemas da cidade, mas que se mantivessem como locais privilegiados para o ensino e pesquisa, não passava de desperdício, pois se tratava apenas de "uma área sem planejamento rígido constituída por edifícios monumentais, em grande parte inúteis e dispendiosos, implantados num sítio maior do que as necessidades reais em razão da exagerada autonomia[...]" (PINTO, BUFFA, 2009, p.110).

Na visão desses autores, o termo *campus* é, portanto, o conceito mais apropriado para o que é utilizado no Brasil, visto que não oferece todas as condições que permitam autonomia em infraestrutura e serviços necessários ao seu pleno funcionamento, pois que é oferecido ainda é restrito e deficiente, até mesmo nas maiores instituições.

Ao analisar o livro de Fausto Castilho, intitulado conceito de universidade no projeto da Unicamp, Inhan apresenta que “*campus* é o local onde se concentra a área de pesquisa e ensino, o cuore, que está inserido na cidade universitária que abrange o administrativo e financeiro (INHAN, 2015, p.101). Nessa definição, o *campus*, que é a área que envolve as unidades de pesquisa e ensino, está inserido na cidade universitária, a qual abriga também as demais unidades.

Dias (2017, p 111) traz as definições de Dober (1963) para os termos, em que o *campus* são "construções ligadas a espaços livres verdes que permitem a integração do usuário com o espaço" e a cidade universitária "é compreendida como o território onde está inserida a universidade independentemente de onde está inserida a instituição ou se ela funciona como University ou College".

Fisicamente, a cidade universitária deveria ter capacidade para oferecer ensino, abrigar centros de pesquisas e também professores e alunos, e ofertar os mesmos serviços existentes em uma cidade. Porém, a realidade é bem diferente disso.

As cidades universitárias, segundo Pinto e Buffa (2009), não dispõem de autonomia, pois dependem da infraestrutura das cidades na qual estão localizadas, a exemplo do serviço de transporte, que só funciona regularmente nos dias úteis; do comércio; da ausência de vagas para moradia de professores e da pouca oferta de vagas para estudante em alojamentos. Reúnem basicamente alguns poucos serviços fundamentais, como refeitórios, lanchonetes, farmácias, xerox, papelaria. Enfim, o termo cidade universitária está longe de ser uma realidade no Brasil. Assim, há de se concordar que, para a maioria dos autores, *campus* universitário e cidade universitária, apesar de serem comumente utilizados como sinônimos, tratam-se de conceitos distintos.

O *Campus* da UEFS reúne as unidades administrativas, unidades de ensino e pesquisa, implantadas em espaços que permitem a integração, conforme Dober (1963 *apud* DIAS, 2017), mas não tem autonomia, pois depende do transporte público municipal, não oferece moradia para as categorias de professores e funcionários e as vagas oferecidas aos estudantes são insuficientes, depende da infraestrutura urbana, em especial da estrutura do conjunto habitacional vizinho, o Feira VI. Além disso, a área de terreno não permite a contemplação de todos os elementos necessários à vida acadêmica.

Desse modo, o termo *campus* é, portanto, o mais indicado para definir a maior parte das universidades do Brasil e é o utilizado neste artigo para definir o local onde a UEFS está implantada.

As universidades, criadas na Europa no século XII, período medieval, não possuíam locais específicos para se instalarem. As aulas eram ministradas em qualquer lugar e não haviam prédios específicos para esse fim. Eram usadas casas alugadas ou a própria casa do professor, que tinham as mesmas características das demais da época, normalmente pequenos edifícios de dois pavimentos, com ambientes diminutos, sem maiores confortos, sem mobílias ou decoração. Quando aconteciam assembleias, exames ou solenidades universitárias, devido à falta de edificações próprias, essas eram realizadas em igrejas ou conventos. (PINTO, BUFFA, 2009).

Charle e Verger (1996) mencionam o surgimento das escolas particulares como fato antecessor às universidades e destacam a falta de construções específicas para tais fins.

[...] em determinados centros, surgiram o que poderíamos denominar escolas particulares. Nelas, os mestres instalavam-se por conta própria e, contando apenas com sua reputação, ensinavam aqueles que aceitassem pagar para matricular-se em sua escola. Na França, sobretudo as Artes Liberais foram professadas dessa maneira, O centro mais ativo era Paris. Abelardo (1079-1142) foi um dos iniciadores do movimento, mas desde a metade do século contavam-se às dezenas mestres ensinando, o mais das vezes na margem esquerda do Sena, a gramática ou a lógica (CHARLE, VERGER, 1996, p.14).

As universidades europeias, basicamente urbanas, se desenvolvem juntamente com as cidades, levadas pelas necessidades geradas face o grande contingente de alunos que nessas passam a morar. De acordo com Pinto e Buffa (2009), a existência das hospedarias incentivou o desenvolvimento das cidades e a prosperidade local, devido à necessidade de serviços nas proximidades dos núcleos de estudantes. Baseados em Turner (1994), Pinto e Buffa (2009) afirmam que a Inglaterra no século XVII, movida pela empolgação popular pela educação na época, exportou para as suas colônias americanas os primeiros *colleges*, que seguiram o mesmo padrão arquitetônico e educacional. Diferente do modelo inglês, onde os *colleges* foram instalados nas cidades ou nos limites

dessas, os americanos preferiram a localização no campo, afastados das cidades e das mazelas que essas representavam.

O *campus* passou a ser "[...] uma grande área projetada, fechada e com regras, costumes e leis próprias" (PINTO, BUFFA, 2009, p. 38). Dessa forma, surgiu um novo território independente e preparado para cumprir seus objetivos de oferecer um ambiente favorável a disseminação do conhecimento e formação do cidadão.

O *campus* universitário no Brasil surgiu no século XX, baseado na tradição norte-americana. Segundo Cunha (2000), foi influenciado pelas orientações de consultores norte-americanos, que recomendavam o modelo por considerá-lo vantajoso devido à localização mais afastada dos centros urbanos ou fora deles, por eliminar ou atenuar a excessiva politização dos estudantes da época. A receptividade do Conselho Federal de Educação e a aprovação pelos órgãos financeiros internacionais desse modelo garantiram o seu sucesso. Enquanto o modelo segregado e excluído era adotado pelas universidades públicas, as universidades privadas faziam justamente o contrário, ou seja, se estabeleciam nos centros urbanos.

O histórico da criação de grande parte dos *campi* das universidades brasileiras é bem parecido. Ocorreu em áreas afastadas do centro da cidade, sem infraestrutura, resultado de doações e/ou desapropriações de áreas do Estado. Esse é um fato que se registra desde a implantação do primeiro *campus* construído no Brasil, o da Universidade Federal do Rio de Janeiro, passando pelo da Universidade Federal de Minas Gerais, Universidade de São Paulo, até as mais recentes.

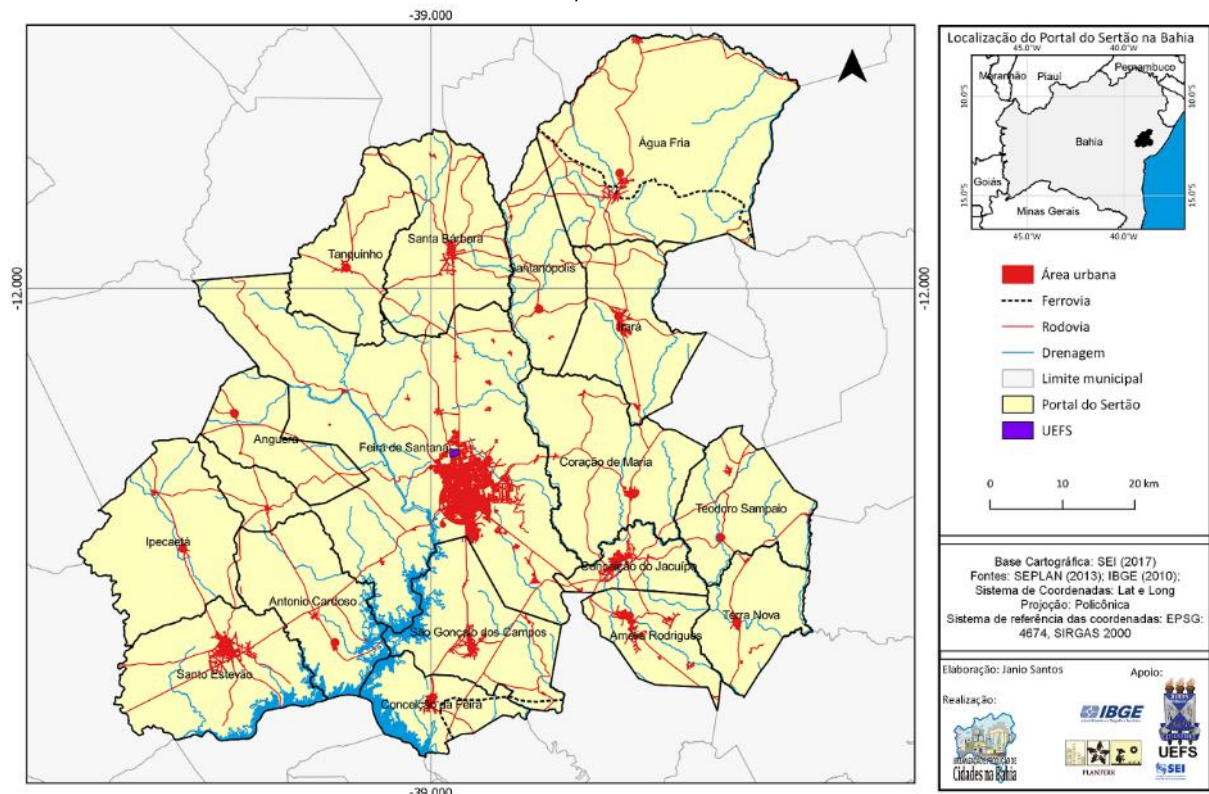
A reforma universitária de 1968 interferiu de forma significativa na configuração dos novos edifícios dos *campi* no Brasil. No discurso, a criação dos departamentos, conforme instituído no Decreto-Lei 5540/68, favoreceu o aproveitamento dos espaços para mais de uma finalidade, assim como o compartilhamento de determinadas disciplinas por alunos de cursos distintos, o que Cunha (2000) chama de "não duplicação de meios para fins idênticos ou equivalentes". Os prédios passaram a ter dimensões menores e as construções abrigavam apenas a administração e os docentes. Os edifícios de salas de aulas não pertencem a nenhum instituto ou departamento específico, mas servem a todos eles, conforme as necessidades, o que vigora até os dias atuais. Muitas

das ideias de Atcon foram contempladas. Pregava-se que a criação de uma universidade deveria funcionar como uma empresa privada e não como um serviço público e considerava a organização como um desperdício e propunha mudanças administrativas e físicas além das mudanças pedagógicas (INHAN, 2016). Para ele, os *campi* seriam agentes facilitadores de uma universidade moderna, capazes de favorecer a associação do conhecimento e de novas possibilidades de troca de saberes. Todavia, escondiam-se outros interesses políticos, aliás, algo bem característicos do Governo Militar no Brasil.

A implantação do *campus* da UEFS

O *Campus* Universitário da UEFS está localizado na Av. Transnordestina, no bairro Novo Horizonte, em uma área murada de 1.098.177,04 m², distante aproximadamente 7 km do Centro da cidade de Feira de Santana, e se conecta diretamente à BR 116. Com extensão territorial de 1.304 km² (IBGE, 2019), o município faz limites, ao norte, com Santa Bárbara e Santanópolis; ao sul, com Antônio Cardoso e São Gonçalo dos Campos; a leste, com Coração de Maria; e a oeste com Anguera e Serra Preta (Mapa 1).

Mapa 1 - Localização de Feira de Santana e da UEFS no Portal do Sertão, Bahia, 2020



No período da implantação, o *campus* era considerado muito distante do Centro de Feira de Santana e seguia o padrão adotado pela maioria das instituições de ensino superior daquela época. Atcon, ao fazer a afirmação de que "à medida que essas áreas são ocupadas, o poder público inevitavelmente acaba estendendo a infraestrutura básica (luz, asfalto, saneamento) para o local, com isso, valoriza-se a área e o corredor que a ela conduz" (ATCON, 1970 *apud* PINTO, BUFFA, 2009, p.112) retrata perfeitamente o que ocorreu com a UEFS.

Um exemplo de tal situação é a consolidação do Feira VI como "conjunto universitário". Construído pela Habitação e Urbanização da Bahia (URBIS), o Conjunto Habitacional Áureo Filho, conhecido como Feira VI e situado ao lado do 1º Batalhão de Polícia Militar, tinha a concepção inicial, principalmente, de servir como residência para os policiais. Porém, devido à sua localização no bairro Campo Limpo, ao lado da UEFS, atraiu estudantes originados de outras cidades e até mesmo locais para nele morarem, visto não haver necessidade de maiores deslocamentos para realizarem suas atividades e a consequente economia de tempo e/ou de dinheiro com o transporte. Vários de seus antigos moradores venderam as casas e terrenos, fato que propiciou a construção de prédios para aluguel a estudantes, e pouco a pouco suas características se modificaram e se tornou um local de residência de muitos funcionários e estudantes da UEFS. Atualmente, o Conjunto é constituído, em parte, por residências universitárias e tem como principais equipamentos restaurantes, supermercados, lojas de variedades, bares e academias de ginástica⁴.

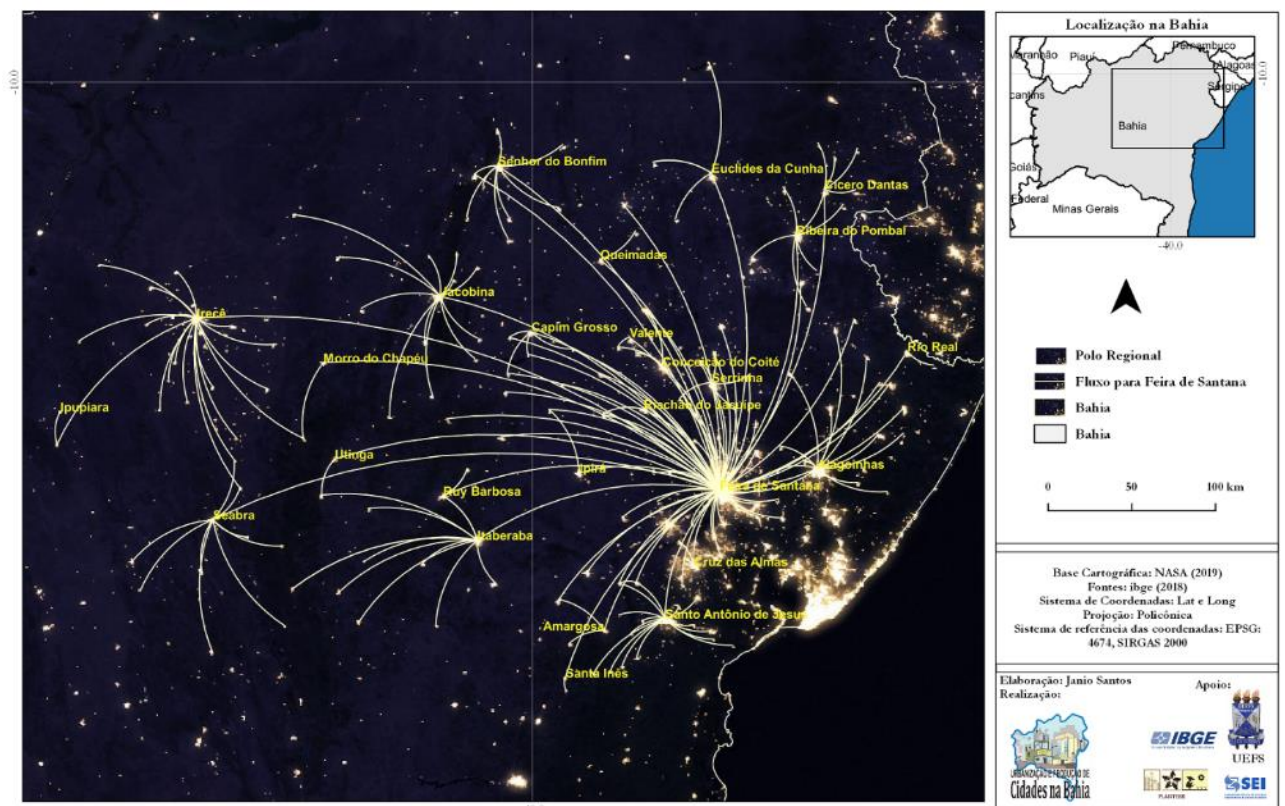
O processo de "interiorização" do ensino superior baiano, conforme Oliveira (2017), destaca a missão econômica e técnica da UEFS, ao objetivar a preparação de profissionais para atender às demandas regionais e nacionais do presente e do futuro, além de ser um instrumento que "[...] oportuniza o acesso à educação superior a uma parcela da população constituinte de diferentes territorialidades do interior" (OLIVEIRA, 2017, p.316). O autor aponta ainda que a implantação da UEFS colaborou com a transformação da cidade e consolidou seu papel regional, conforme supracitado.

⁴ Informação coletada com base em observações diretas no bairro.

Segundo os dados do Regiões de Influência das Cidades (REGIC) do IBGE (2018), Feira de Santana está classificada como Capital Regional B, que é destino de 167 municípios na Bahia, ainda que a região de influência mais direta abranja 40 municípios (o que é pouco, se avaliados detalhes dos próprios dados do IBGE), e totalize uma população de 1.520.660 habitantes (Mapa 2). E os serviços oferecidos de educação são parte importante nessa dinâmica.

Conhecida como a “Princesa do Sertão”, alcunha dada por Rui Barbosa, Feira de Santana está situada numa zona de transição entre o Recôncavo Baiano e o semiárido. Desenvolveu-se em torno da capela Nossa Senhora Santana, padroeira da Cidade, em uma fazenda chamada Olhos D’água. Recebeu, inicialmente, o nome de Santana dos Olhos D’água, devido a área ser rica em nascentes que abasteciam tropeiros e o gado, vindos de várias regiões com destino à cidade de Cachoeira, cujo trajeto ganhou maior importância econômica a partir da inauguração da estrada de ferro Cachoeira-Feira de Santana, que aumentou o fluxo de mercadorias e pessoas (ZORZO, 2000 apud TEIXEIRA, 2010).

Mapa 2 - Área de Influência de Feira de Santana, Bahia, 2018



Até o início do século XX, Feira de Santana tinha sua economia baseada na agricultura e na pecuária, mas já apresentava grande vocação para o comércio, que sempre atraiu pessoas de outros lugares que vinham para a cidade à procura de mercadorias, principalmente nas feiras livres. Atualmente, além de um grande polo regional de desenvolvimento econômico, graças ao seu terciário diversificado, se destaca como polo de educação superior presencial no estado da Bahia (LIMA, 2008 *apud* OLIVEIRA, 2017). Vale salientar que por mais de 36 anos a UEFS foi a única universidade pública instalada na cidade, onde no final de 2013 foi instalado o *campus* da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB).

A UEFS desenvolve suas atividades de ensino, pesquisa e extensão nas unidades dentro do *Campus* e unidades extra-*Campus*. Porém, neste artigo, a abordagem se limita ao *Campus* Universitário, que conta atualmente com 76 edificações que totalizam 67.185,39 m² de área construída e mais dois galpões já instalados, com total de área de 2.564,51 m², que serão fechados e adaptados, um para uso de programas institucionais e o outro como Restaurante Universitário ampliado.

A data oficial de sua fundação é 31 de maio de 1976. Todavia, Boaventura (2009) relata que a ideia de criação de uma universidade em Feira de Santana surgiu desde os anos 1955, quando aconteceu a Primeira Jornada Universitária do interior baiano e diversos membros da sociedade feirense manifestaram o desejo de trazer o ensino superior para a cidade. Mas, o fato é que o processo real de implantação foi iniciado nos anos 1960, com a instalação da Faculdade de Educação e da Faculdade de Formação de Professores.

De acordo com Oliveira (2017), em 1963, a criação da Fundação Simões Filho e a Associação Educacional Desembargador Felinto Bastos, compostas por membros da comunidade feirense, embora não tenha obtido êxito efetivos na época, foi muito importante no processo de “interiorização” do ensino superior no Estado, sobretudo em Feira de Santana. Alguns nomes se sobressaem quando se fala na criação da UEFS: Fernando Pinto de Queiroz, Jorge Calmon, Urcício Santiago, Wilson da Costa Falcão, Geraldo Leite, João Durval Carneiro, Áureo Oliveira Filho, dentre outros que contavam com a “simpatia” do Governo do Estado, o qual se mostrava favorável à “interiorização” do ensino.

Merece destaque o que foi registrado por Oliveira (2017) ao transcrever o relato de Fernando Pinto sobre a audiência de líderes feirenses que pleiteavam a instalação de uma faculdade de Medicina no município, ao então Governador do Estado, Luiz Viana Filho:

Do que aconteceu naquela audiência de 26 de novembro de 1969, a que não pude comparecer, fui informado por Wilson Falcão, num minucioso relato que, em parceria, numa espécie de dueto, reproduzimos em 27 de maio de 1996, quando ele participou, a convite meu, daquele encontro promovido pelo Departamento de Educação da UEFS, e de que destaco o seguinte trecho: "Ai formos (sic) a Luiz Viana. Luiz Viana disse ao grupo: 'Vocês são modestos demais, tímidos, em Feira de Santana. Por que não criar a universidade? Vamos criar a universidade. Feira merece (OLIVEIRA, 2017, p.235).

Em 28 de novembro de 1969, o governador Luiz Viana Filho assinou o Decreto Estadual nº 21.583, em que o artigo 4º institui uma comissão de estudos com a finalidade de elaborar o anteprojeto da Fundação Universidade de Feira de Santana (FUFS). Em menos de dois meses, no dia 24 de janeiro de 1970, foi publicada a Lei Estadual nº 2.784 que "autoriza o Poder Executivo a instituir sob a forma de Fundação, a Universidade de Feira de Santana, entidade autônoma de duração ilimitada", que se regia pelos seus Estatutos e Regimento Geral, com função de implantar e manter a nova Universidade (UEFS, 1996, p.22).

Com a finalidade de elaborar o anteprojeto da Universidade, em 27 de abril de 1970 foi então nomeado pelo Secretário de Educação e Cultura, Professor Edivaldo Machado Boaventura, o Conselho Diretor, formado por representantes da sociedade feirense nas diversas áreas do conhecimento. Foram eles: Áureo de Oliveira Filho; o próprio Secretário, Edivaldo Machado Boaventura; Fernando Pinto de Queiroz; Geraldo Leite, que foi eleito como Presidente do Conselho; José Maria Nunes Marques; Wilson Falcão, que após a instalação do Conselho renunciou e foi substituído por Maria Cristina de Oliveira Menezes, e Yeda Barradas Carneiro.

Nesse período, já surgiu a preocupação com o espaço físico para implantação do seu *campus*. Segundo Oliveira (2017), baseado em Boaventura (2009) e Leite (2009), vários atos legais foram emitidos pelo poder público estadual, que contava como a colaboração das autoridades municipais. Dentre esses, consta a publicação da Lei Estadual nº 2.817 de 24 de janeiro de 1971,

que autoriza a doação de uma área de terra medindo 70 hectares, localizada à margem da Rodovia Transnordestina (BR 116 Norte), área essa que pertencia ao Instituto Baiano do Fumo; e o Decreto nº 23.490 de 12 de junho de 1973, que declarou como de Utilidade Pública um terreno de 350.524 m² em área contígua a aquele doado pelo Instituto Baiano do Fumo, e que foi desapropriada e adquirida pelo Estado da Bahia para a FUFES, mediante indenizações aos respectivos proprietários, conforme escrituras públicas cujas cópias encontram-se, atualmente, em poder da procuradoria jurídica da UEFS.

A aquisição do terreno e implantação do *Campus* da UEFS reforçam a afirmação de Pinto e Buffa (2009)

O Estado desapropria ou, às vezes, ganha uma determinada área, geralmente distante da cidade por ser menos onerosa, solicita a contribuição de alguns profissionais para a elaboração de um plano e de um projeto arquitetônico, realiza solenidades, descerra placas reinicia as obras que, normalmente, duram pouco tempo. As verbas terminam e a obra de construção do *campus* para. Nova administração, novas esperanças, novas verbas e uma nova equipe, desta vez, geralmente composta por docentes altamente titulados: um novo plano é realizado, novas metas são definidas. Realiza-se o que a verba permite. Fim da verba, fim da equipe, fim do plano e quase sempre fim das obras. Fim dos sonhos dos muitos envolvidos (PINTO, BUFFA, 2009, p. 47).

Com o terreno definido, em março de 1973, o Conselho Diretor da FUFES contratou os arquitetos de Salvador, Jader Tavares, Fernando Frank e Oton Gomes para elaborar o Plano Diretor do *Campus* e o projeto arquitetônico das unidades destinadas ao ensino, pesquisa e extensão (MARQUES, 1987).

No início do mês de julho de 1973, o Presidente da FUFES, Dr. Geraldo Leite, através da Resolução nº 2/73, nomeou a Comissão de Licitação composta pelos profissionais: a arquiteta Yeda Barradas Carneiro, indicada como presidente, e o advogado Fernando Pinto de Queiroz, representantes da FUFES; o engenheiro Arthur de Magalhães Ferreira, representante da Secretaria de Educação e Cultura (SEC); e o arquiteto Luiz Andrade Garcia, representante da Habitação e Urbanização do Estado da Bahia S/A (URBIS), para realização do certame na modalidade tomada de preço, com o objetivo de contratação de empresa para "a construção da primeira Unidade de Ensino, Pesquisa e Extensão, constante de um Módulo Teórico, um Módulo Prático e um Módulo

Administrativo" do *Campus*, cuja reunião de abertura de proposta das empresas ocorreu no dia 19 de julho de 1973, na sede da Faculdade de Educação, onde atualmente está localizado o Centro Universitário de Cultura e Arte (CUCA) da UEFS⁵.

Ao final de todo processo, foi considerada vencedora a Construtora Vasconcelos Ltda., que através do ofício número 38/73 da FUFES foi informada sobre o resultado e convocada para assinatura do contrato.

O Presidente da Fundação, com a participação do governador Antônio Carlos Magalhães, realizou o ato solene de início oficial da construção da primeira unidade da UFS no dia 11 de setembro de 1973, quando foi lançada a pedra fundamental do *Campus* (UEFS, 1996). Foi então iniciada, de fato, a construção do *Campus* da Universidade de Feira de Santana em 1973, porém sua conclusão ocorreu apenas em novembro de 1974, devido a problemas que culminaram na troca da empresa contratada inicialmente.

Ainda nesse ano, após a licitação que teve como vencedora a empresa Construtora Civil do Nordeste, que já havia construído o primeiro módulo, foi iniciada a construção da segunda unidade e no ano seguinte a construção da terceira unidade de ensino, pesquisa e extensão, e assim se consolidou o *Campus* Universitário da FUFES.

A expansão do *Campus*, que continua em andamento, se efetivou de forma gradual ao longo dessas quatro décadas, de acordo com as suas necessidades. Foram construídas edificações importantes e necessárias às atividades de ensino, pesquisa, extensão e atividades de convivências. Hoje, conta com prédios que abrigam além das salas de aulas e laboratórios, a Biblioteca Central, Restaurante Universitário (RU), Parque Esportivo, Gráfica Universitária, Central de Processamento de Dados (CPD), Administração Central (Reitoria, Pro-reitorias e órgãos administrativos), Museus, Creche, Escola Básica (CEB), Residência Universitária e Residência Indígena, Departamentos e Colegiados, agências bancárias, auditórios, cantinas, praças, guaritas de acesso, e infraestrutura como vias pavimentadas, iluminação e abastecimento de água⁶.

⁵ Conforme edital publicado no Jornal Feira Hoje arquivado na GEPRO-UEFS.

⁶ De acordo com a planta cadastral do Campus - Dados obtidos na GEPRO-UEFS

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ensino Superior no Brasil foi iniciado tardiamente, em comparação com os demais países, inclusive com aqueles vizinhos que foram colonizados na mesma época. As principais universidades brasileiras foram criadas no século XX e tiveram a primeira expansão mais notadamente a partir da década de 1960, quando passaram por reformas significativas, algumas ainda em vigor. Porém, nos anos mais recentes, notadamente a partir da década de 2000, ocorreu o aumento do número de alunos matriculados, graças às políticas afirmativas do governo e as parcerias com as instituições privadas de ensino, possíveis graças à abertura para o ensino com fins lucrativos.

A UEFS, com menos de meio século de sua implantação, assim como a universidade brasileira, por ser muito jovem no cenário mundial, ainda se encontra em formação seja como instituição, assim com espaço físico. Foram construídas edificações importantes e necessárias às atividades de ensino, pesquisa, extensão e atividades de convivências. Ao invés de cidade universitária, o termo *campus*, usado para definir a maior parte dos espaços ocupados pelas universidades do Brasil, é aquele melhor usado para definir o local onde a UEFS está implantada.

O *Campus* da UEFS reforça o papel regional de Feira de Santana e contempla em seus espaços unidades administrativas, de ensino e pesquisa, mas não tem autonomia, pois depende de serviços, como transporte público municipal e infraestrutura urbana, e não oferece moradia para o quadro profissional e as dos estudantes são insuficientes. Além disso, a área de terreno não permite a contemplação de todos os elementos necessários à vida acadêmica.

REFERÊNCIAS

BOAVENTURA, E. M. **A construção da universidade baiana**: objetivos, missões e afrodescendência. Salvador: EDUFBA, 2009.

BORTOLANZA, J; Trajetória do ensino superior Brasileiro – uma busca da origem até a atualidade. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GESTÃO UNIVERSITÁRIA ,17, Mar Del Plata, Argentina. **Anais** ... Mar Del Plata, 2017.

BOTTONI, A.; SARDANO, E. de J.; COSTA FILHO, G. Uma breve história da universidade no Brasil: de Dom João a Lula e os desafios atuais. In: COLOMBO, S. S. (Org.). **Gestão Universitária: os caminhos para a excelência**. Porto Alegre: Penso, 2013. p.19-42.

BRASIL, Decreto nº 14.343, de 7 de setembro de 1920. **Institue a Universidade do Rio de Janeiro**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-<1929/decreto-14343-7-setembro-1920-570508-publicacaooriginal-93654-pe.html>> Acesso em: 24 jan. 2019.

BRASIL, Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017. **Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Decreto/D9235.htm> Acesso em: 24 jan. 2019.

CHARLE, C.; VERGER, J. **História das universidades**. São Paulo: Editora UNESP, 1996.

CUNHA, L. A. Ensino superior e universidade no Brasil. In: TEIXEIRA LOPES, E.M., FARIA FILHO, L. M.; VEIGA, C.G. (Org.) **500 anos de Educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p.151-204.

_____. **A universidade temporã: o ensino superior da Colônia à era de Vargas**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira/São Paulo: Editora da UNESP, 2007.

CUNHA, M. R. **Gestão estratégica de IES: modelo e funções do planejamento estratégico em universidades pública e privadas de Palmas - Tocantins**. 2011, 172f. Dissertação (Mestrado em Educação) Curso de Ciências da Educação. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, Portugal, 2011.

DIAS, L. C. A, **Campi sustentáveis: desafios para a construção de espaços universitários**, São Carlos-SP. 2017. 233f. Dissertação (Mestrado em Teoria da Arquitetura e do Urbanismo)-Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2017.

GOMES, V.; MACHADO-TAYLOR, M. de L.; SARAIVA, E. V. O ensino superior no Brasil: Breve histórico e caracterização. **Ciências e Trópicos**, Recife. v.42 n.1, 2018, p. 106-129.

IBGE **Cidades**: Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br>>. Acesso em: 05 jan. 2019.

_____. **Regiões de influência das cidades (REGIC)**, 2018. IBGE: Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/cartas-e-mapas/redes-geograficas/15798-regioes-de-influencia-das-cidades.html?=&t=o-que-e>>. Acesso em: 7 ago. 2019.

_____. **Redes e fluxos do território:** ligações rodoviárias e hidroviárias, 2016. Rio de Janeiro: 2017a. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/apps/ligacoes_rodoviarias>. Acesso em: 27 jul 2019.

INHAN, G.; MIRANDA, C.; ALBERTO, K. C. Rudolph Atcon e o planejamento do *campus* da Universidade Federal do Espírito Santo. **Oculum ensaios**, Campinas-SP. v. 13, n. 2, 2016. p. 237-254.

INHAN, Gabriella, **Rudolph Atcon, entre o educacional e o urbanístico na definição de diretrizes para *campi* universitários no Brasil**. 2015. 123f. Dissertação (Mestrado em Ambiente Construído) - Programa de Mestrado em Ambiente Construído, Área de Concentração em Projeto de Engenharia Faculdade da Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2015.

MARQUES, J. M. R. **Relatório geral 1979-1987** - Universidade Estadual de Feira de Santana. Feira de Santana: UEFS Editora, 1987.

OLIVEIRA, C. E. C. de. **Universidade e estratégia:** a região como ambiente organizacional: Trajetória de expansão da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Feira de Santana: UEFS Editora, 2017.

OLIVEN, A. C. Histórico da educação superior no Brasil. In: SOARES, M. S. A. (Org.). **A educação superior no Brasil**. Porto Alegre: UNESCO, 2002, p. 31-42.

PINTO, G. de A.; BUFFA, E. **Arquitetura e educação:** *Campi* Universitários Brasileiros. São Carlos; Editora Edufscar, 2009. 151p.

_____. **Arquitetura, urbanismo e educação:** *Campi* universitários Brasileiro. In: CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 6, 2006, UBERLÂNDIA-MG. Anais [...]Uberlândia: EDUFU, 2006. p. 1-38.

SANTOS, A. M. F. dos. **Uma aventura universitária no Sertão Baiano:** da Faculdade de Educação à Universidade Estadual de Feira de Santana. Feira de Santana: UEFS Editora, 2016.

TEIXEIRA, N. M. de A. **Ocupação urbana em área de proteção ambiental:** o caso Lagoa da Pindoba em Feira de Santana-Ba. 2010. 134f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil e Ambiental)-Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil e Ambiental, Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2010.

UEFS. **UEFS 20 Anos**. Feira de Santana: UEFS/Centro de Pesquisa e Documentação, 1996.

_____. **Nossa História**. Feira de Santana: UEFS, 2018. Disponível em: <<http://www.uefs.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=12>>. Acesso em: 7 ago. 2019.